

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 56, DE 2006.

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Washington, em 30 de setembro de 2005.

Autor: Poder Executivo.

Relator: Deputado João Castelo.

I - RELATÓRIO:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 56, de 2006, instruída com exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Washington, em 30 de setembro de 2005.

O objetivo do acordo em apreço é o de definir as bases sobre as quais se desenvolverá o transporte marítimo entre o Brasil e os Estados Unidos da América, regulamentando, por meio de seus dispositivos, as relações bilaterais de transporte marítimo referentes ao tráfego internacional de longo curso de cargas, excluídas as cargas a granel e cargas transportadas entre portos ou pontos do território de qualquer das partes.

A celebração do presente instrumento internacional encontra fundamento no interesse comum das Partes em perseguir o funcionamento de um tráfego marítimo livre e aberto, através de medidas administrativas e legais, com vistas a permitir o normal funcionamento dos fluxos de comércio internacional por via marítima, bem como a proporcionar a

redução dos custos e a obtenção de melhores condições de competitividade nesse comércio aos transportadores de bandeira nacional de ambas as Partes Contratantes. Nesse sentido, seu texto contempla uma série de princípios, metas e normas regulamentares a serem cumpridos tanto pelo poder público de cada um dos países, como pelos transportadores.

II - VOTO DO RELATOR:

O comércio por via marítima entre o Brasil e os Estados Unidos da América constitui-se em uma atividade tradicional, que se desenvolve há séculos. A via marítima é atualmente a principal modalidade utilizada para o transporte das mercadorias que integram o expressivo volume de comércio bilateral existente. Conforme consignado na exposição de motivos ministerial, em 2004, do total de US\$ 20 bilhões exportados pelo Brasil aos EUA, US\$ 15 bilhões (30 milhões de toneladas) foram pela via marítima - ou seja, 75% do total - e, por outro lado, dos US\$ 11 bilhões importados pelo Brasil dos EUA, US\$ 6 bilhões (12 milhões de toneladas) foram cursados por via marítima, ou seja, 54% do total. O volume total de mercadorias transportadas por via marítima nos dois sentidos resultou, portanto, em 42 milhões de toneladas, durante o ano de 2004.

Também segundo o Ministério das Relações Exteriores, conforme informações prestadas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários, ANTAQ, é expressiva - embora nos pareça que poderia ser maior - a participação dos transportadores de bandeira brasileira e norte-americana na composição do total das receitas dos fretes. No ano de 2000, segundo a ANTAQ, os transportadores de bandeira brasileira responderam por 17,5% do total das receitas de fretes ao passo que os transportadores de bandeira norte-americana ficaram com 14%.

Nesse contexto, Brasil e EUA houveram por bem adotar a iniciativa, que se traduziu na celebração do presente instrumento, de modo a fortalecer e tornar ainda mais favoráveis as condições em que se desenvolve o transporte marítimo entre seus territórios. O acordo contém, conforme apontado *retro*, princípios, metas, compromissos e regras voltados para o estímulo ao desenvolvimento do transporte marítimo. Dentre eles devem ser destacados:

a) oferta de oportunidades justas e não-discriminatórias aos transportadores de bandeira nacional de ambas as Partes Contratantes e aos transportadores de bandeira de outros países;

b) concessão, por cada uma das Partes Contratantes, de idêntico acesso, em condições não-discriminatórias, aos transportadores que arvorarem suas bandeiras, quanto às cargas consideradas reservadas da outra parte, para o transporte em embarcações próprias ou afretadas (excluídas as cargas de natureza militar ou daquelas denominadas de “assistência agrícola”);

c) definição de “carga reservada” como sendo a carga, no todo ou em parte, que a legislação de uma das Partes Contratantes reserva para transporte em navios de sua bandeira;

d) celeridade na emissão das autorizações para o transporte de cargas reservadas;

e) concessão de tratamento justo e não-discriminatório às operações comerciais dos transportadores de cada Parte, inclusive quanto ao estabelecimento de escritórios comerciais, à propriedade e operação de instalações marítimas, à movimentação inter-modal de carga e ao estabelecimento de quaisquer outras instalações julgadas necessárias a uma condução eficiente dos serviços marítimos;

f) não-imposição de restrições ao transbordo de mercadorias ou à reposição de carga;

g) isonomia tributária e fiscal, concedida por ambas as Partes Contratantes, às embarcações que arvorarem as bandeiras dos dois países;

h) intercâmbio de informações entre as Partes Contratantes a respeito do tráfego marítimo bilateral de cargas por ele reservadas, com discriminação do valor e da tonelagem, por bandeira e tipo de embarcação, bem como sobre as alterações que venham a ocorrer na sua legislação interna sobre o assunto;

Por fim, o acordo contém a designação de autoridades nacionais, competentes para coordenar a aplicação do acordo, havendo sido atribuída tal condição, pelo lado brasileiro, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, ANTAQ, e pelo lado norte-americano, à Administração Marítima, MARAD.

A análise dos dispositivos, das normas e princípios estabelecidos pelo instrumento internacional sob consideração nos conduz à conclusão de que os procedimentos e medidas por ele contemplados tornam-no apto ao alcance dos objetivos que determinaram a sua celebração, notadamente, a liberalização do transporte marítimo, a redução dos custos e a obtenção de melhores condições de competitividade.

Isto posto, nosso voto é pela aprovação do texto do Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Washington, em 30 de setembro de 2005, nos termos do projeto de decreto legislativo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado João Castelo
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2006.

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Washington, em 30 de setembro de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Washington, em 30 de setembro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado João Castelo

Relator